



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

05/10/2023

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>



STF vai decidir sobre pensão por morte do INSS a menor sob guarda

O STF (Supremo Tribunal Federal) vai decidir se os menores sob guarda têm direito à pensão do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) por morte em tema de repercussão geral. A decisão tomada pela corte valerá para todos os processos do tipo no país.

A repercussão geral foi aprovada por unanimidade e publicada pela ministra Rosa Weber em 22 de setembro, poucos dias antes de se aposentar. O posicionamento de Rosa faz parte de um rol de ações nas quais ela decidiu se manifestar antes da aposentadoria no último dia 26.

A ação integra o tema 1.271 e deve determinar se crianças e adolescentes que estão sob guarda —ou seja, cujos responsáveis ainda não têm a tutela legal— podem receber a pensão em caso de morte do adulto responsável.

O motivo do julgamento é que a reforma da Previdência de 2019 equiparou a filhos apenas o enteado e o menor tutelado, desde que haja dependência econômica do segurado que morreu. Crianças e adolescentes sob guarda, no entanto, não estariam amparados pela lei e ficariam sem o benefício.

Por se tratar de uma emenda à Constituição, o caso foi parar no Supremo, que deverá determinar se a regra de exclusão dos menores sob guarda é constitucional ou não.

Em sua manifestação pela repercussão geral, Rosa, também relatora da ação, classificou o assunto como de "acentuada repercussão jurídica, social e econômica", já que se trata do debate de direito previdenciário de crianças e adolescentes e do equilíbrio atuarial e financeiro da Previdência Social.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 05 de outubro.

Projeto do governo que busca reduzir fila do INSS é aprovado na Câmara

A Câmara aprovou nesta quarta-feira (4) o projeto de lei que cria o programa de enfrentamento à fila do INSS (Instituto Nacional de Seguro Social). A proposta prevê um bônus para servidores com o objetivo de acelerar a análise dos processos.

O texto foi aprovado mesmo com obstrução da oposição e da bancada ruralista, que tentam travar a pauta da Casa em uma insurreição contra posições recentes do STF (Supremo Tribunal Federal). Agora, o projeto será enviado ao Senado.

A aplicação do programa de redução da fila do INSS demanda R\$ 130 milhões do Orçamento, tanto para 2023 como para 2024. A proposta também avança na regularização do uso da telemedicina na Previdência Social como forma de acelerar procedimentos médicos.

O texto também determina reajuste salarial a policiais militares e bombeiros do Distrito Federal e cria uma cota para indígenas nos concursos da Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas).

A deputada Erika Kokay (PT-DF) elogiou a proposta e criticou a fila do INSS —segundo ela, uma herança que foi deixada pelo governo anterior. Ela também defendeu o reajuste às forças de segurança do Distrito Federal como forma de valorizar e avançar nas conquistas das forças de segurança.

Já Carlos Jordy (PL-RJ) chamou o projeto de "salada de frutas", por tratar uma série de temas distintos em uma mesma proposta. "É um projeto que, ao querer enfrentar um problema [a fila do INSS], cria diversos outros", disse.

A proposta já havia sido encaminhada pelo governo ao Congresso no formato de uma MP (medida provisória), que tem vigência imediata mas precisa de aval dos parlamentares em até quatro meses para ser transformada em lei.

O governo decidiu reenviar a medida em formato de projeto de lei em meio à pressão do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para que o Executivo reduza o uso de MPs.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 05 de outubro.

Ministro do Trabalho descarta volta do imposto sindical obrigatório

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, descartou a volta do imposto sindical obrigatório ao participar de audiência pública nesta quarta-feira (4) na Câmara dos Deputados. “Isso não está em debate”, afirmou.

“O imposto sindical acabou e não volta mais”, reforçou o ministro do Trabalho. “O que está em debate é a possibilidade de uma contribuição negocial, desde que a assembleia delibere e aprove, portanto não será obrigatória”, continuou ele.

O imposto sindical obrigatório – equivalente a um dia de trabalho, descontado anualmente – foi extinto pela reforma trabalhista aprovada pelo Congresso em 2017. Com isso, quaisquer contribuições aos sindicatos se tornaram opcionais.

Luiz Marinho disse que o governo deverá apresentar ao Congresso uma proposta de mudança na estrutura sindical, com novos mecanismos para o financiamento dos sindicatos patronais e de trabalhadores. “Será para os dois lados”, ressaltou.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 05 de outubro.

BC ajusta norma sobre lavagem de dinheiro para viabilizar Desenrola

As instituições financeiras estão dispensadas de levantar, classificar e qualificar clientes que renegociaram débitos por meio do Desenrola. O Banco Central (BC) publicou nesta quarta-feira (4) uma resolução que regulamenta o compartilhamento de dados e de informações de devedores que renegociaram os débitos.

A resolução ajustou uma circular de janeiro de 2020 que trata da prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo. Pelas novas regras, as instituições financeiras não precisarão compartilhar o histórico financeiro dos devedores para executar os procedimentos de qualificação e de classificação de clientes em programas federais de renegociação de dívidas em três situações:

- quando as operações renegociadas estiverem inadimplidas (com atraso de mais de 90 dias) na data do estabelecimento do respectivo programa;
- quando os recursos liberados na operação de renegociação forem transferidos diretamente ao credor da dívida renegociada, sem qualquer interferência do devedor;
- quando a renegociação se referir a dívidas inadimplidas com pessoas jurídicas não financeiras ou instituições autorizadas a funcionar pelo BC que sejam os responsáveis pela inscrição do devedor em cadastros de inadimplentes.

Segundo o BC, a mudança só foi feita agora por causa da sanção do Programa Desenrola. O órgão resalta que as alterações não abrangem as demais disposições da norma de combate ao terrorismo e de lavagem de dinheiro.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 05 de outubro.

Setor de serviços do Brasil contrai após sete meses e tem pior nível em dois anos, mostra PMI

A atividade de serviços no Brasil entrou em contração em setembro pela primeira vez desde fevereiro e atingiu o nível mais baixo em pouco mais de dois anos devido à retração da demanda, apontou nesta quarta-feira (4) a pesquisa Índice de Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês).

O PMI compilado pela S&P Global caiu em setembro para 48,7, de 50,6 em agosto, indo abaixo da marca de 50 que separa crescimento de contração pela primeira vez desde fevereiro.

A leitura também é a mais baixa desde maio de 2021, marcando condições operacionais desafiadoras para os fornecedores de serviços, de acordo com a S&P Global.

A pesquisa apontou que a retração da demanda desencadeou a primeira queda em novos negócios em sete meses, com os participantes da pesquisa citando que as vendas foram refreadas ainda pela redução dos investimentos no setor privado.

Esse cenário levou aos fornecedores de serviços a reduzir os quadros de funcionários pela primeira vez desde fevereiro, embora de forma moderada.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 05 de outubro.

SINOPSE SINTIUS 05-10-2023

1942 - 2023